

GS Inima Serviços de Saneamento Ltda.

Balço Patrimonial		Nota	2021	2020	Balço Patrimonial		Nota	2021	2020
Ativo/Circulante			3.972	2.498	Passivo e Patrimônio Líquido/Circulante			1.010	1.482
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.265	1.661		Fornecedores	8	419	142	
Impostos a recuperar	5	565	110		Obrigações sociais	9	432	226	
Partes relacionadas	6	1.817	724		Obrigações fiscais	6	67	56	
Outros créditos		325	3		Partes relacionadas	6	31	1.058	
Não Circulante		140	37		Outras obrigações		61	—	
Realizável a Longo Prazo		140	37		Total do passivo		1.010	1.482	
Imobilizável	7	139	38		Patrimônio Líquido	10	3.102	1.053	
Intangível		1	—		Capital social		300	300	
Total do Ativo		4.112	2.535		Reserva de lucros retidos		2.802	753	
					Total do Passivo e Patrimônio Líquido		4.112	2.535	

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital social	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	300	(8)	292
Lucro líquido do exercício	—	761	761
Saldos em 31 de dezembro de 2020	300	753	1.053
Lucro líquido do exercício	—	2.049	2.049
Saldos em 31 de dezembro de 2021	300	2.802	3.102

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional: A GS Inima Serviços de Saneamento Ltda. ("Sociedade"), foi constituída em 22 de agosto de 2019 e tem como atividades principais: I. Captação, tratamento e distribuição de água para fins de abastecimento; II. Gestão de redes de água e esgoto, especialmente para operação e manutenção das estações de tratamento de água e de esgoto; III. Construção de estações e redes de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e construções correlatas; IV. Gerenciamento e execução de obras por meio de contrato de construção por administração; V. Serviços de engenharia, incluindo elaboração e gestão de projetos, bem como serviços de inspeção técnica relacionados às áreas de supervisão de contratos de execução de obras e supervisão e gerenciamento de projetos; VI. Serviços de gestão comercial, incluindo a medição de consumo de água, associados ou não a manutenção de medidores de consumo, serviços de ligação e corte de consumo e demais serviços correlatos; e VII. Serviços de coleta de resíduos não perigosos de origem urbana ou industrial, por meio de lixeiras, veículos, caçambas e outros. A sede da Sociedade está localizada na Rua Joaquim Floriano, 1052, 6º andar, conjunto 61, sala 2, Itaim Bibi, São Paulo. 1.1. **Impactos da COVID-19:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação da COVID-19 possam provocar. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde. A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Sociedade, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Considerando as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos possíveis impactos da COVID-19 em seus negócios e nos de suas controladas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade concluiu que não há efeitos materiais em suas informações contábeis intermediárias. O efeito financeiro e econômico para a Sociedade ao longo do exercício de 2022 dependerá do desfecho da crise de saúde mundial e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social. A Sociedade continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações contábeis.

2. Base para preparação das demonstrações contábeis: 2.1. **Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração da Sociedade na sua gestão. 2.2. **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. 2.3. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. 2.4. **Uso de estimativa e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: elaboração de projeções para realização dos ativos, determinação de taxa de desconto a valor presente utilizada na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes e determinação das receitas e custos de construção. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua pela Sociedade. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período de sua revisão e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: 3. **Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente durante todo o exercício apresentado nas demonstrações contábeis. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes: 3.1. **Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento. Avaliação dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos é registrada: (a) pelo seu valor justo por meio de resultado (VJR); e (b) pelo custo amortizado, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior. I. **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros da Sociedade estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou custo amortizado. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os principais ativos financeiros da Sociedade incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos. a. **Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa estão a valor justo por meio do resultado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Consistem basicamente em valores mantidos em caixa e bancos e outros investimentos de curto prazo, com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, e

vencimento e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias. b. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Os ativos financeiros da concessão (representados pelas contas a receber do Poder Concedente) são avaliados por indicadores de sua redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução dos ativos financeiros da concessão ao seu valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva de sua redução, como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido, após o reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. Um ativo financeiro é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram. A Sociedade transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo. II. **Passivos financeiros:** A Sociedade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. Os passivos financeiros da Sociedade incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outros passivos. Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis). Os custos dos empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência, exceto quando atribuíveis a um ativo qualificável. As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. III. **Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. IV. **Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Vide análise do valor justo de instrumentos financeiros na Nota Explicativa nº 16. 3.2. **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis (passivos), acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. 3.3. **Imposto de Renda e Contribuição Social:** Apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente: I. **Impostos correntes:** As provisões para imposto de renda e contribuição social estão baseadas na respectiva base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. II. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são registrados com base em saldo de base tributável negativa (ativo) e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para imposto de renda e de 9% para contribuição social.

Reconhecimento da receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços e vendas de mercadorias no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A sociedade reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço. Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional é devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). 3.4. **Receitas e despesas financeiras:** Representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. 3.5. **Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022:** a) **Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37):** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. b) **Outras normas:** Para seguintes normas ou alterações não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Sociedade, a saber: • Contratos de seguros (IFRS 17); • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis.

Diretoria	
Carlos Roberto Ferreira - Diretor Presidente	Helio Moellmann Ferreira de Barros Júnior - Diretor Técnico

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis	
obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria	

Aos Administradores e aos Acionistas da GS Inima Serviços de Saneamento Ltda. São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da GS Inima Serviços de Saneamento Ltda. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GS Inima Serviços de Saneamento Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria

sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências

Demonstrações do Resultado		Nota	2021	2020
Receita líquida		11	17.721	3.364
Custo dos serviços prestados		12	(13.826)	(1.418)
Lucro bruto			3.895	1.946
Receitas (despesas) operacionais:				
Gerais e administrativas		12	(929)	(846)
			(929)	(846)
Lucro operacional antes do resultado financeiro			2.966	1.100
Resultado operacional antes do resultado financeiro				
Receitas financeiras		13	86	9
Despesas financeiras		13	(12)	(3)
			74	6
			3.040	1.106
Imposto de Renda e Contribuição Social: Correntes		14	(991)	(341)
Diferidos		14	—	(4)
			(991)	(345)
Lucro Líquido do Exercício			2.049	761
Total do resultado abrangente do exercício			2.049	761

4. Caixa e equivalentes de caixa:		2021	2020
Caixa e bancos		6	4
Bancos		272	31
Aplicações Financeiras		987	1.626
Total		1.265	1.661
Ativo circulante		1.265	1.661

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário (CDB) e são remuneradas entre 96,5% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

5. Impostos a recuperar:		2021	2020
IRPJ Saldo Negativo		10	—
IRPJ Estimativa		25	—
CSLL Estimativa		371	75
IRPJ a Compensar		133	25
CSLL a Compensar		4	6
IRRF a Compensar		4	4
Outros Tributos a Compensar		18	—
Total		565	110

6. Partes relacionadas:		2021	2020
GS Inima Brasil Ltda.		—	—
Ambiente Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A.		—	1.393
Samar Soluções Ambientais de Araçatuba S.A.	488	—	4.114
Caepa Companhia de Água e Esgoto de Parabiuna S.A.	—	—	7
Comasa Cia Águas de Santa Rita S.A.	—	—	184
Ouro Preto Serviços de Saneamento S.A.	18	—	687
Sanel Saneamento de Luiz Antônio S.A.	—	—	10
Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A.	1.311	—	12.721
Total	1.817	(31)	19.116

7. Imobilizado: Custo do imobilizado bruto		2021	2020
Móveis e utensílios		—	—
Máquinas e equipamentos		—	—
Computadores e periféricos		—	—
Instalações		—	—
Total		—	(347)

8. Depreciação acumulada		2021	2020
Móveis e utensílios		—	—
Máquinas e equipamentos		—	—
Computadores e periféricos		—	—
Instalações		—	—
Total		—	(65)

9. Saldo final em 1/01/2020		2021	2020
Adições		—	—
Saldo final em 31/12/2020		—	—
Adições		76	5
Alienações/baixas		—	13
Saldo final em 31/12/2021		76	8
Depreciação acumulada		—	—
Saldo final em 1/01/2020		—	—
Saldo final em 31/12/2020		—	—
Depreciação		(8)	(1)
Saldo final em 31/12/2021		(8)	(1)
Valor contábil líquido em 31/12/2020		—	—
Valor contábil líquido em 31/12/2021		68	7
Vida útil (anos)		4 a 5	10

A Sociedade revisa a cada exercício a vida útil e os valores residuais dos bens do ativo imobilizado. Não houve mudança nas taxas e nos valores residuais mensurados no exercício anterior.

10. Fornecedores:		2021	2020
Fornecedores		419	142
Total		419	142

Demonstrações dos Fluxos de Caixa		2021	2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do exercício		2.049	761
Ajustes para conciliar o resultado do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		—	4
Depreciação e amortização		20	3
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Impostos a recuperar		(454)	(110)
Outros créditos		(322)	(4)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		277	142
Partes relacionadas		(2.120)	333
Obrigações sociais		206	223
Obrigações fiscais		11	56
Outras obrigações		59	—
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais, antes do pagamento de juros e impostos		(274)	1.408
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de ativo imobilizado		(123)	(40)
Aquisição de ativo intangível		(2)	—
Baixa de ativo imobilizado		3	—
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimento		(122)	(40)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(396)	1.368
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.661	293
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1.265	1.661
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(396)	1.368

9. Obrigações Sociais: Representados por:

INSS S/F. Pagto. a Pagar	58	56
INSS S/Terceiros a Pagar	2	—
FGTS a Recolher	25	13
Salários a Pagar	—	81
Estágios a pagar	—	1
Férias	347	75
Total	432	226

10. Patrimônio líquido: Em 31 de dezembro de 2021 o capital social é representado por 300.000 cotas, subscritas e integralizadas, com o valor nominal de R\$ 300, conforme demonstrado a seguir:

Quantidade de cotas	Participação direta no capital social (%)
300.000	100
300.000	100

11. Receitas:		2021	2020
Receita líquida		17.721	3.364
A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado é como segue:			
Prestação de serviço		19.116	3.719
ISS		(616)	(158)
PIS		(139)	(35)
COFINS		(640)	(162)
Receita líquida		17.721	3.364

12. Custos e despesas por natureza: Estão representados por:

2021	2020
Custo	